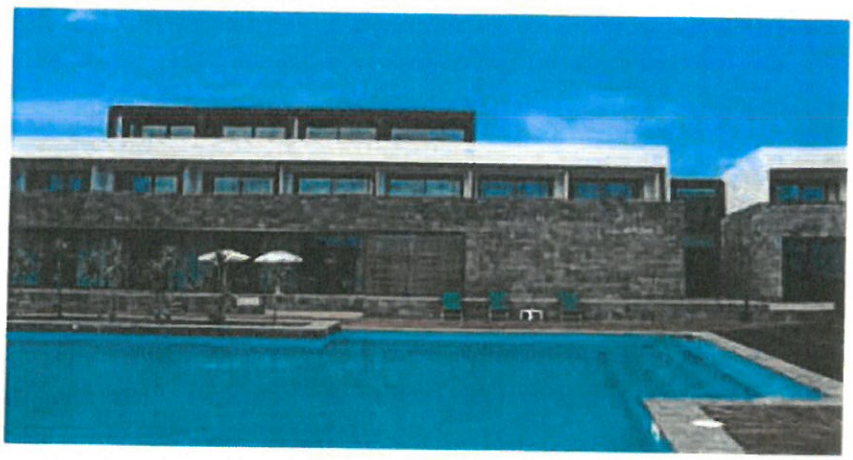
Relatório E Contas

2019



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais

ÍNDICE

1. Empresa 5
1.1. Informação Geral 5
1.2. Órgãos Sociais 7
2. Atividades Desenvolvidas 10
2.1. Ilha de Santa Maria 10
2.1.1. Parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria 10
2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria 11
2.1.3. Workshop "Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos" 12
2.2. Ilha Graciosa 12
2.3. Ilha das Flores 12
2.3.1. Hotel das Flores 12
2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão 13
2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão 14
2.4. Ilha de São Jorge 14
2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira 15
2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial 16
2.6.1. Linha de Crédito Açores Investe 16
2.6.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores 17
2.6.3. Linha de Crédito Açores Empresas 17
2.6.4. Linha de Crédito Açores Empresas II 18
2.6.5. Linha de Crédito Açores Investe II 18
2.6.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II 19
2.6.7. Linha de Crédito Açores Empresas III 19
2.6.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez 20
2.6.9. Medidas de Apoio ao Emprego 21
2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento 21
3. Recursos Utilizados 22
3.1. Recursos Humanos 22
3.2. Recursos Técnico-Investimentos 22
4. Situação Económica – Financeira 23
4.1. Situação Económica 23
4.1.1. Proveitos 23
4.1.2. Custos 23
4.1.3. Resultados 23
4.2. Situação Financeira 24
4.3. Dados Económico – Financeiros 24
4.4. Indicadores Económico – Financeiros 25

5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício 25
6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social 26
7. Perspetivas 26
8. Agradecimentos 27
9. Aplicação de Resultados 27
10. Contas 28
10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2019 29
10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2019 30
10.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital 32
10.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto 34
10.5. Anexo às Demonstrações Financeiras 35
1. Identificação da Entidade 38
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 38
2.1. Bases de apresentação 38
2.2. Derrogação das Disposições do SNC 39
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras 39
3. Principais Políticas Contabilísticas 39
3.1. Conversão cambial 39
3.2. Ativos fixos tangíveis 40
3.3. Ativos fixos intangíveis 41
3.4. Imparidade de ativos não financeiros 41
3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial) 42
3.6. Inventários 42
3.7. Clientes e dívidas de terceiros 43
3.8. Caixa e seus equivalentes 43
3.9. Capital 43
3.10. Empréstimos obtidos 43
3.11. Imposto sobre o rendimento 44
3.12. Benefícios aos empregados 45
3.13. Provisões 45
3.14. Subsídios e apoios do Governo 45
3.15. Locações 45
3.16. Especialização dos exercícios 46
3.17. Rédito 46
3.18. Resultados financeiros 47
3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas 47
3.20. Classificação da demonstração da posição financeira 47
3.21. Eventos subsequentes 47
4. Fluxos de Caixa 48
5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas 48

6. Ativos Tangíveis 48
7. Ativos Intangíveis 49
8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial 50
9. Inventários 51
10. Clientes 52
11. Outros créditos a receber 52
12. Estado e Outros Entes Públicos 53
13. Diferimentos 54
14. Variações na rubrica de Património Líquido 54
15. Capital Subscrito 55
16. Reservas Legais 55
17. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido 56
18. Financiamentos Obtidos 57
19. Fornecedores 57
20. Outras Dívidas a Pagar 57
21. Rédito 58
22. Subsídios à exploração 58
23. Fornecimentos e Serviços Externos 59
24. Gastos com o Pessoal 59
25. Outros Rendimentos e Ganhos 59
26. Outros Gastos e Perdas 60
27. Gastos e Rendimentos Financeiros 61
28. Imposto sobre o Rendimento do exercício 61
29. Partes relacionadas 62
30. Disposições Legais 63
31. Eventos subsequentes 63
10.6. Mapas Orçamentais 65
10.6.1. Demonstração do desempenho orçamental
10.6.2. Demonstração da execução orçamental da receita
10.6.3. Demonstração da execução orçamental da despesa
10.6.4. Alterações orçamentais da receita
10.6.5. Alterações orçamentais da despesa
11. Relatório de Conselho Fiscal
12. Certificação Legal de Contas

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade "ILHAS DE VALOR, S.A." referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Empresa

1.1. Informação Geral

Firma: A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação – **"ILHAS DE VALOR, S.A".**

Data da sua constituição: 29 de dezembro de 2005.

Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86 - 1º Andar – 9580-529 Vila do Porto

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social:

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00€
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.

Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto: 00152/060120

N.I.P.C.: 512 093 601.

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

C.A.E.: 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008 (Regime do Setor Publico Empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de

gestão e administração correspondeu a 143.687,89 € (cento e quarenta e três mil seiscentos e oitenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos) em 2019.

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente a sociedade Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2019 correspondeu ao montante de 11.328,00 € (onze mil trezentos e vinte e oito euros).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.

Os principais elementos curriculares e funções exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..
Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.
Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:
Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe

oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;
- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;
- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..
- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.
- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de caráter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção das seguintes:

Na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda; foram exercidas funções de Gerente pela Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão.

Nos termos da alínea h) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº7/2008 (Regime do setor publico empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2019 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de empreitadas e fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.

2. Atividades Desenvolvidas

A Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, no prosseguimento da sua atividade ao longo do ano de 2019, desenvolveu inúmeras iniciativas que contribuíram para consolidar um conjunto de processos relativos ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços, relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações, e concluindo algumas das atividades que estavam em curso e com o arranque de novos projetos.

Foi concluída a obra da reabilitação do edifício das antigas Oficinas Gerais para adaptação a Incubadora de Empresas de Santa Maria, visando a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Neste contexto, a sociedade Ilhas de Valor, S.A., acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Manteve-se o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, assim como o funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial.

Procedeu-se também ao acompanhamento da atividade da empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

2.1. Ilha de Santa Maria

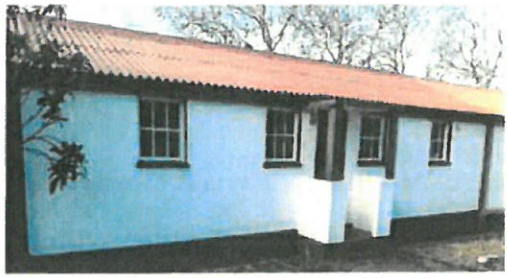
2.1.1. Parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria

Procedeu-se à venda de habitações dos bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, privilegiando o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter aos seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra.

Ao longo de 2019 elaborou-se a proposta de loteamento dos Bairros de Santa Bárbara e de São Lourenço, remetidos para apreciação da Direção Regional de Habitação.
Além da componente da habitação, foram promovidos trabalhos de melhoramento nos acessos aos bairros, assim como a limpeza e manutenção das áreas circundantes e zonas públicas do Lugar do

Aeroporto e ainda a dinamização dos espaços e áreas para outras atividades, nomeadamente turismo, comércio, indústria e cultura.

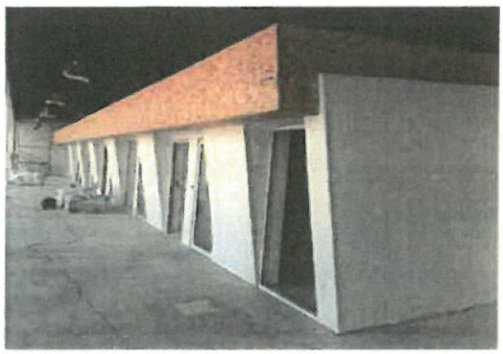
ILUSTRAÇÃO 1 E 2: PHASM



2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Em setembro realizou-se o auto de receção provisória, da obra da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, Iniciada em maio de 2018, reabilitando o Edifício das Oficinas Gerais do Aeroporto de Santa Maria. Este investimento correspondeu a um valor global de 1.881.218,51 € (um milhão oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e dezoito euros e cinquenta e um cêntimos), acrescido de aquisição de diversos equipamentos e mobiliários essenciais, ultrapassando os dois milhões de euros de investimento.

ILUSTRAÇÃO 3 E 4: INCUBADORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA MARIA



Para este investimento foi possível contar com financiamento comunitário, nomeadamente PO 2020, tendo sido recebido 1.154.347,15 € (um milhão cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete euros e quinze cêntimos) em 2019.

2.1.3. Workshop "Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos"

Em junho de 2018 foi realizado o Workshop "Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos", no Centro de Formação da SATA – Aeroporto de Santa Maria em Vila do Porto, na ilha de Santa Maria.

No plano de atividades para 2019 estava prevista a realização de uma segunda edição. Contudo devido a situações imprevisíveis que ocorreram na obra da Incubadora, e pretendendo-se neste Workshop a participação de futuros empreendedores, foi decidido transferir a realização desta formação para o ano de 2020.

2.2. Ilha Graciosa

O turismo na Graciosa é sem dúvida uma das fortes componentes da atividade económica, através das suas gentes e a sua conhecida hospitalidade, com séculos de experiência, promovendo um contacto com a natureza, cultura e história.

A observação de aves marinhas a prática de birdwatching, e a Furna do Enxofre na cratera de um antigo vulcão são lugares a visitar.

Para o Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, a Ilhas de Valor, S.A., tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009. Ao longo deste período a Ilhas de Valor, S.A., acompanhou a sua atividade e manutenção com o objetivo da oferta e serviços de qualidade e diversidade no turismo da ilha Graciosa.

2.3. Ilha das Flores

2.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a cessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL. Ao longo do ano de 2019 e anteriores, tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade Hoteleira.

O Hotel das Flores foi um investimento basilar e que tem tido um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas importantes e ligadas à atividade turística, como é o caso do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão e Centro de Interpretação Ambiental, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

ILUSTRAÇÃO 5 E 6: HOTEL DA GRACIOSA E FLORES

2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão

No Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento e parceria no desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo do departamento governamental na área do Ambiente.

O Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB) foi concebido nos tanques onde se armazenava o óleo da baleia que era derretido na Fábrica da Baleia do Boqueirão. É um espaço dedicado à promoção e ao conhecimento dos locais com maior interesse ambiental da ilha, com destaque para os ambientes marinhos.

Este empreendimento contribui para a valorização dos empreendimentos circundantes, como o Hotel e o Museu.

2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão assume como missão a salvaguarda da sua coleção, assegurando uma investigação contínua, a par do seu enriquecimento e divulgação, no sentido de eternizar aquela que foi uma parcela significativa da História da Ilha das Flores e que é transversal a todos os açorianos.

Como atividades em 2019, foram realizados trabalhos de manutenção e promoção do espaço, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, mantendo-se o padrão de exigência da qualidade necessários para darmos resposta à procura do público interessado neste setor.

Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com o merchandising, com vista à valorização dos produtos e estimulando as vendas no próprio local de exposição. Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de aproximadamente 6.100 visitantes o que corresponde a uma evolução crescente em comparação com os anos anteriores.

ILUSTRAÇÃO 7 E 8: MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA DO BOQUEIRÃO

2.4. Ilha de São Jorge

Tal como em anos anteriores, no decurso do exercício de 2019 a empresa procedeu ao acompanhamento da atividade desta unidade, verificando-se um importante e imenso contributo na atividade turística, atuando como um dos pilares de desenvolvimento e progresso socioeconómico da

ilha, possibilitando desta forma o pagamento de investimentos relacionados com a empreitada e respetivos equipamentos.

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de cedência de exploração entre a Região Autónoma dos Açores, Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de cessão de exploração celebrado a vinte e nove do mês de julho do ano de 2011, atendendo a que o atual modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional para as pousadas da Região, de uma gestão inteiramente privada, é aprovado um único contrato de cedência de exploração, que substituiu o conjunto de títulos contratuais atualmente em vigor conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.

ILUSTRAÇÃO 9: POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO

2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A., em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade. A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada proshop e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o core-business deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infraestruturas sociais, denominadas Clubhouse, onde se

desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Em 18 de outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual.

Têm vindo a ser promovidos anualmente diversos eventos de golfe, que tem como objetivo consolidar o interesse dos campos de golfe dos Açores como um destino Europeu de qualidade onde se pode jogar golfe ao longo de todo o ano. Vários eventos tanto de cariz nacional como internacional vem sendo realizados, muitas vezes alternando os campos de golfe entre São Miguel e a Terceira, permitindo uma maior exposição das infraestruturas, promovendo o destino e sobretudo provocando um efeito multiplicador na economia das ilhas.

Em 2019 concretizou-se aquisição dos campos de golfe da Batalha e das Furnas à Massa Insolvente da Verdegolf, S.A., conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores para esta atividade e deliberação da Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A.

2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.6.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	1.092.179,86
Montante Executado em 2019	78,52

2.6.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 9 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	4.640.376,61
Montante Executado em 2019	55.420,43

2.6.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	949.912,99
Montante Executado em 2019	150,68

2.6.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas, tendo-se procedido apenas a pagamento de bonificações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	824.677,05
Montante Executado em 2019	4.635,13

2.6.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 83 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	8.887.761,14
Montante Executado em 2019	1.116.063,48

2.6.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 73 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	9.241.330,05
Montante Executado em 2019	1.431.266,31

2.6.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. No entanto, todas as operações já se encontram fechadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	571.706,93
Montante Executado em 2019	0,00

2.6.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 69 operações, 1 das quais ainda está ativa e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 46 empresas, estando 9 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	**344**		**79.524.139,99**	**4.376**

Aprovadas	**344**	**91,0%**
Desistências	24	**6,3%**
Não aprovada	**10**	**2,6%**

Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0

SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	**344**		**79.524.139,99**	**4.376**

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	**6.447.493,07**
Montante Executado em 2019	**1.042.802,93**

2.6.9. Medidas de Apoio ao Emprego

Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 35 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido Programa.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2018	**69.540,59**
Montante Executado em 2019	**99.582,52**

2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 13.258.874,40 € (treze milhões duzentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores; Santander Totta e Bankinter. Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2019.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 3.000.000,00 € (três milhões de euros), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2019.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com o valor de 3.750.000,00 € (três milhões setecentos e cinquenta mil euros) por conta de Contrato-Programa.

3. Recursos Utilizados

3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2019, eram 9 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor, S.A., (Santa Maria e Flores).

Sendo que a Ilhas de Valor, S.A., também contou com 68 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

3.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2019 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente a aquisição dos Campos de Golfe de São Miguel e de Terceira, no valor de 7.300.000 euros. O valor da rubrica "ativos fixos tangíveis em curso" é o reflexo da concretização dos

investimentos em 2019 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente o investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor de 1.995.726,79 euros, a 31 de dezembro de 2019.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 22.026.539,88 € (vinte e dois milhões vinte e seis mil quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e oito cêntimos);

- **Ativos fixos tangíveis em curso** – 1.995.726,79 € (um milhão novecentos e noventa e cinco mil setecentos e vinte e seis euros e setenta e nove cêntimos).

4. Situação Económica – Financeira

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2019 um aumento no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente à cessão de exploração dos campos de golfe, resultante do respetivo processo de insolvência da Verdegolf, S.A.. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados e outros subsídios de Apoio ao Emprego no total de 3.003.128,80 € (três milhões três mil e cento e vinte e oito euros e oitenta cêntimos).

4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista um aumento em fornecimentos e serviços durante 2019 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rúbrica gastos com pessoal também registou uma ligeira variação positiva, em sequência da entrada de algum pessoal afeto à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira.

4.1.3. Resultados

	31-Dez-19	31-Dez-18
Resultados operacionais	1 603 508,77	2 616 610,25
Resultados financeiros	(279 402,09)	(198 790,33)
Resultados antes de impostos	1 324 106,68	2 417 819,92
Resultado líquido do exercício	1 066 727,24	1 974 614,12

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo, mas com uma diminuição em relação ao ano anterior.

4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2018 e 2019, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é superior comparativamente a anos anteriores, por via do financiamento para aquisição dos Campos de Golfe de São Miguel. Refira-se que a dívida da empresa é a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar o aumento do passivo da Ilhas de Valor, S.A., por conta dos investimentos nos Campos de Golfe e dos investimentos em curso, que tiveram também impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

	31-Dez-19	31-Dez-18
Total de Proveitos	1 356 799,40	1 358 920,80
Volume de Negócios	936 582,34	898 167,55
Resultados Financeiros	(279 402,09)	(198 790,33)
EBIT (Resultados Operacionais)	1 603 508,77	2 616 610,25
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2 002 748,52	2 970 016,03
Resultados Antes de Impostos	1 324 106,68	2 417 819,92
Resultado Líquido do Exercício	1 066 727,24	1 974 614,12
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,78%	12,14%
Rendibilidade das Vendas	113,90%	219,85%
Liquidez Geral	267,91%	249,63%
Autonomia Financeira	39,61%	39,86%
Solvabilidade	65,60%	66,28%
Endividamento	60,39%	60,14%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista uma manutenção do nível de endividamento de cerca de 60%. O grau de solvabilidade e autonomia financeira da empresa também registam níveis semelhantes ao ano anterior.

4.4. Indicadores Económico – Financeiros

	31-Dez-19	31-Dez-18
Rendibilidade operacional	**171,21%**	**291,33%**
Rendibilidade Financeira	**5,78%**	**12,14%**
Rendibilidade Económica	**2,29%**	**4,84%**
Grau de alavanca operacional	**6,00%**	**8,17%**
Grau de alavanca financeira	**121,10%**	**108,22%**
Grau de alavanca combinada	**6,00%**	**8,17%**
Grau de Cobertura de Imobilizado	**91,42%**	**101,65%**

5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

A 11 de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia global denominada por COVID-19. No atual contexto de emergência de saúde pública, tem-se vindo a registar, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações em resultado desta pandemia Covid-19. Para fazer face a esta calamidade mundial, diversos governos, autoridades e agentes económicos implementaram um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Estamos perante a mais grave crise de sempre, sendo expectável impactos muito relevantes em todo o mundo. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços relacionados com os Campos de Golfe e Museu da Fábrica da Baleia nas Flores, tendo a empresa sido obrigada a encerrar estas instalações a 16 de março de 2020, por um período estimado de três meses. A Administração da Ilhas de Valor está a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Ilhas de Valor, S.A. não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Ilhas de Valor, S.A. irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7. Perspetivas

Durante o ano de 2020 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

* Desencadear os procedimentos para a conclusão e entrada em funcionamento da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, com o processo de integração na Rede de Incubadoras dos Açores e com a divulgação e contratualização dos futuros empreendedores e ocupantes desta relevante infraestrutura.

8. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

9. Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do exercício apurado no exercício de 2019 foi de 1.066.727,24 € (um milhão sessenta e seis mil setecentos e vinte e sete euros e vinte e quatro cêntimos), propondo o Conselho de Administração a aplicação em reserva legal de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) correspondente aos 5% do resultado líquido e o valor restante de 1.011.727,24 € (um milhão onze mil setecentos e vinte e sete euros e vinte e quatro cêntimos) para resultados transitados.

Vila do Porto, 08 de junho de 2020

O Conselho de Administração

Diana Valadai

10. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- ✓ MAPAS ORÇAMENTAIS

10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2019

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	24 022 266,67	15 432 676,24
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	540 070,55	570 808,38
Outros ativos financeiros		355,20	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total dos Ativos Não Correntes		**24 562 692,42**	**16 003 484,62**
Inventários	9	68 108,12	65 086,89
Clientes	10	143 979,42	160 308,03
Estado e outros entes públicos	12	429 802,24	1 265,01
Outros créditos a receber	11	21 064 684,43	23 967 284,64
Diferimentos	13	191,57	176,66
Caixa e depósitos bancários	4	309 622,95	612 895,15
Total dos Ativos Correntes		**22 016 388,73**	**24 807 016,38**
TOTAL DO ATIVO		46 579 081,15	40 810 501,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	15	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	16	720 000,00	620 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	14	6 061 154,08	4 060 827,71
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	17	1 604 352,06	612 532,16
Resultado líquido do período		1 066 727,24	1 974 614,12
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		18 452 233,38	16 267 973,99
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	18	13 258 874,40	7 955 196,06
Outras dívidas a pagar	20	6 650 000,00	6 650 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		**19 908 874,40**	**14 605 196,06**
Fornecedores	19	46 399,10	48 768,98
Estado e outros entes públicos	12	298 051,13	300 406,53
Outras dívidas a pagar	20	7 873 523,14	9 588 155,44
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		**8 217 973,37**	**9 937 330,95**
TOTAL DO PASSIVO		28 126 847,77	24 542 527,01
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		46 579 081,15	40 810 501,00

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadão

10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2019

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Vendas e serviços prestados	21	936 582,34	898 167,55
Subsídios à exploração	22	3 003 128,80	3 759 585,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(11 567,89)	(11 565,82)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(196 130,78)	(205 493,55)
Fornecimentos e serviços externos	23	(644 182,45)	(478 922,02)
Gastos com o pessoal	24	(1 418 317,03)	(1 396 799,41)
Outros rendimentos	25	420 217,06	460 753,25
Outros gastos	26	(86 981,53)	(55 708,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 002 748,52	2 970 016,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(399 239,75)	(353 405,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 603 508,77	2 616 610,25
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	27	(279 402,09)	(198 790,33)
Resultado antes de impostos		1 324 106,68	2 417 819,92
Imposto sobre o rendimento do período	28	(257 379,44)	(443 205,80)
Resultado líquido do período		1 066 727,24	1 974 614,12

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadai

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração Individual dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	31.12.2019	31.12.2018
Vendas e serviços prestados	936 582,34	898 167,55
Custo das vendas e serviços prestados	(840 313,23)	(684 415,57)
Resultado bruto	96 269,11	213 751,98
Outros rendimentos	3 423 345,86	4 220 338,25
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(1 916 106,20)	(1 817 479,98)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 603 508,77	2 616 610,25
Gastos de financiamento (líquidos)	(279 402,09)	(198 790,33)
Resultado antes de impostos	1 324 106,68	2 417 819,92
Imposto sobre o rendimento do período	(257 379,44)	(443 205,80)
Resultado líquido do período	1 066 727,24	1 974 614,12

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadai

10.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
Posição no Início do Período 2018	1	9 000 000,00	577 000,00	-	2 061 516,48	1 206 434,42	845 267,73	13 690 218,63	-	13 690 218,63
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	43 000,00	-	1 999 311,23	(593 902,26)	(845 267,73)	603 141,24	-	603 141,24
	2	-	43 000,00	-	1 999 311,23	(593 902,26)	(845 267,73)	603 141,24	-	603 141,24
Resultado Líquido do Período	3						1 974 614,12	1 974 614,12	-	1 974 614,12
Resultado Integral	4=2+3						1 129 346,39	1 129 346,39	-	1 129 346,39
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2018	6=1+2+3+5	9 000 000,00	620 000,00	-	4 060 827,71	612 532,16	1 974 614,12	16 267 973,99	-	16 267 973,99

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadão

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
Posição no início do Período 2019	1	9 000 000,00	620 000,00	-	4 060 827,71	812 532,16	1 974 614,12	16 267 973,99	-	16 267 973,99
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	-	1 117 532,15
	2	-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	-	1 117 532,15
Resultado Líquido do Período	3						1 066 727,24	1 066 727,24	-	1 066 727,24
Resultado Integral	4=2+3						(907 886,88)	(907 886,88)	-	(907 886,88)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019	6=1+2+3+5	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	-1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	-	18 452 233,38

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valente

10.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	1 121 495,77	1 114 656,10
Pagamentos a fornecedores	(876 256,94)	(1 363 541,10)
Pagamentos ao pessoal	(1 418 317,03)	(1 396 799,41)
Caixa gerada pelas operações	(1 173 078,20)	(1 645 684,41)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(646 861,25)	(209 624,60)
Outros recebimentos/pagamentos	628 499,73	(528 141,18)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	(1 191 439,72)	(2 383 450,19)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(8 293 584,68)	(447 951,00)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	(8 293 584,68)	(447 951,00)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	1 154 347,15	419 311,60
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	1 154 347,15	419 311,60
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(7 139 237,53)	(28 639,40)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	10 160 000,00	4 388 015,60
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	3 003 128,80	3 759 585,00
	13 163 128,80	8 147 600,60
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(4 856 321,66)	(5 114 054,80)
Juros e gastos similares	(279 402,09)	(191 602,30)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(5 135 723,75)	(5 305 657,10)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	8 027 405,05	2 841 943,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(303 272,20)	429 853,91
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	612 895,15	183 041,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	309 622,95	612 895,15

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadão

10.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico de 2019

ÍNDICE

1. **Identificação da Entidade** **38**
2. **Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras** **38**
2.1. Bases de apresentação 38
2.2. Derrogação das Disposições do SNC 38
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras 38
3. **Principais Políticas Contabilísticas** **39**
3.1. Conversão cambial 4239
3.2. Ativos fixos tangíveis 42
3.3. Ativos fixos intangíveis 43
3.4. Imparidade de ativos não financeiros 43
3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (MEP) 432
3.6. Inventários 433
3.7. Clientes e dívidas de terceiros 433
3.8. Caixa e seus equivalentes 404
3.9. Capital 454
3.10. Empréstimos obtidos 424
3.11. Imposto sobre o rendimento 464
3.12. Benefícios aos empregados 475
3.13. Provisões 44
3.14. Subsídios e apoios do Governo 476
3.15. Locações 416
3.16. Especialização dos exercícios 477
3.17. Rédito 477
3.18. Resultados financeiros 477
3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas 478
3.20. Classificação da demonstração da posição financeira 47
3.21. Eventos subsequentes 47
4. **Fluxos de Caixa** **48**
5. **Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas** **48**
6. **Ativos Tangíveis** **48**
7. **Ativos Intangíveis** **49**
8. **Participações financeiras - MEP** **50**
9. **Inventários** **51**
10. **Clientes** **52**

11. Outros créditos a receber 52
12. Estado e Outros Entes Públicos 53
13. Diferimentos 54
14. Variações na rubrica de Património Líquido 54
15. Capital Subscrito 54
16. Reservas Legais 54
17. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido 54
18. Financiamentos Obtidos 57
19. Fornecedores 57
20. Outras Dívidas a Pagar 57
21. Rédito 58
22. Subsídios à exploração 59
23. Fornecimentos e Serviços Externos 59
24. Gastos com o Pessoal 59
25. Outros Rendimentos e Ganhos 59
26. Outros Gastos e Perdas 60
27. Gastos e Rendimentos Financeiros 61
28. Imposto sobre o Rendimento do exercício 61
29. Partes relacionadas 63
30. Disposições Legais 64
31. Eventos subsequentos 64

1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua Dr Luís Bettencourt 86 – 1º Vila do Porto. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas

Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidos pela *International Standards Commitee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Commitee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Commitee* ("SIC").

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos

passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rúbricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos

considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

Imposto Corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de investimento estão registados na rubrica de Capital Próprio e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios atribuídos a título de exploração estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente aos gastos associados, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de

fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Caixa	5 538,87	7 262,18
Depósitos à ordem	304 084,08	605 632,97
	309 622,95	612 895,15

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	907 971,75	17 104 547,64	538 003,36	64 902,75	228 580,40	308 434,10	492 185,45	**19 644 625,45**
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 113 663,53)	(515 235,41)	(64 902,75)	(209 713,42)	(308 434,10)	-	**(4 211 949,21)**
Valor líquido	**907 971,75**	**13 990 884,11**	**22 767,95**	-	**18 866,98**	-	**492 185,45**	**15 432 676,24**
Movimento do exercício								
Adições	5 759 359,72	1 616 440,30	108 704,35	-	784,47	-	1 503 541,34	**8 988 830,18**
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	-	(374 419,76)	(19 634,42)	-	(5 185,57)	-	-	**(399 239,75)**
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	6 667 331,47	**15 232 904,65**	**111 837,88**	-	**14 465,88**	-	**1 995 726,79**	**24 022 266,67**
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 720 987,94	646 707,71	64 902,75	229 364,87	308 434,10	1 995 726,79	**28 633 455,63**
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 488 083,29)	(534 869,83)	(64 902,75)	(214 898,99)	(308 434,10)	-	**(4 611 188,96)**
Valor líquido	**6 667 331,47**	**15 232 904,65**	**111 837,88**	-	**14 465,88**	-	**1 995 726,79**	**24 022 266,67**

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Terrenos e de Edifícios e outras construções, nomeadamente pela concretização da aquisição dos Campos de Golfe de São Miguel e de Terceira, no valor de 7.300.000 euros.

Nos ativos fixos tangíveis em curso, releva-se a continuidade do investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor de 1.995.726,79 euros;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	907 971,75	17 104 547,64	535 177,95	64 902,75	228 580,40	308 434,10	1 576 479,87	**20 726 094,46**
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 937 920,76)	(477 765,57)	(64 902,75)	(207 431,36)	(306 738,43)	-	**(7 994 758,87)**
Valor líquido	**907 971,75**	**10 166 626,88**	**57 412,38**	-	**21 149,04**	**1 695,67**	**1 576 479,87**	**12 731 335,59**
Movimento do exercício								
Adições	-	-	2 825,41	-	-	-	492 185,45	**495 010,86**
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Desreconhecimento SNC-AP	-	4 166 348,18	(31 423,47)	-	2 986,40	(1 695,67)	(1 576 479,87)	**2 559 735,57**
Depreciação - período	-	(342 090,95)	(6 046,37)	-	(5 268,46)	-	-	**(353 405,78)**
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	907 971,75	**13 990 884,11**	**22 767,95**	-	**18 866,98**	(0,00)	**492 185,45**	**15 432 676,24**
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	907 971,75	17 104 547,64	538 003,36	64 902,75	228 580,40	308 434,10	492 185,45	**19 644 625,45**
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 113 663,53)	(515 235,41)	(64 902,75)	(209 713,42)	(308 434,10)	-	**(4 211 949,21)**
Valor líquido	**907 971,75**	**13 990 884,11**	**22 767,95**	-	**18 866,98**	-	**492 185,45**	**15 432 676,24**

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2019					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	383 991,32
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	(383 991,32)
Valor líquido	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	383 991,32
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	(383 991,32)
Valor líquido	-	-	-	-	-

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis e estes estão totalmente amortizados. Consequentemente, no final do exercício de 2019, os ativos fixos Intangíveis não têm valor contabilístico.

8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

Descrição	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	887 252,42	60,87%	540 070,55

Descrição	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	(19 004,25)	60,87%	11 567,89

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Subsidiárias	Associadas	TOTAL
A 1 de janeiro de 2018	827 409,24 €	- €	827 409,24 €
Ganhos/(Perdas)	(11 565,82)	-	(11 565,82)
Outros movimentos no Capital	(245 035,04)	-	(245 035,04)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2018	570 808,38 €	- €	570 808,38 €
Ganhos/(Perdas)	(11 567,89)	-	(11 567,89)
Outros movimentos no Capital	(19 169,94)	-	(19 169,94)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2019	540 070,55 €	- €	540 070,55 €

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição de 19.169,94 euros pelos ajustamentos dos capitais, e uma diminuição em 11.567,89 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2019, passando o seu valor de 570.808,38 euros para 540.070,55 euros.
- O valor da participação financeira era de 570.808,38 euros em 2018, face aos ajustamentos em 2019 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 540.070,55 euros.
- Em 31 de dezembro de 2019 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Inventários	31-Dez-19	31-Dez-18
Mercadorias	50 219,90	47 103,61
Materias primas	17 888,22	17 983,28
	68 108,12	65 086,89
Imparidade de inventários	-	-
	68 108,12	65 086,89

	31-Dez-19			31-Dez-18		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	47 103,61	17 983,28	65 086,89	48 588,93	15 817,45	64 406,38
Regularizações						
Compras	148 602,88	50 549,13	199 152,01	203 695,69	2 478,37	206 174,06
Custo de vendas	-145 486,59	-50 644,19	-196 130,78	-205 181,01	-312,54	-205 493,55
Saldo final em 31 de Dezembro	50 219,90	17 888,22	68 108,12	47 103,61	17 983,28	65 086,89

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2019, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 196.130,78 Euros (em 2018: 205.493,55 Euros).

10. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	143 979,42	-	160 308,03
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	**143 979,42**	-	**160 308,03**
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	**143 979,42**	-	**160 308,03**

Para os períodos apresentados não existem diferenças, para os saldos correntes, entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Remunerações a liquidar	-	594,87
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	579 937,52	486 437,52
Clube Golf Terceira	-	75 000,00
Verde Coragem Clube	-	300,00
Massa Insolvente Verdegof	-	1 021 479,42
Vencimentos/Impostos 2013 a 2017	-	18 152,33
PO Açores 2020	480 096,43	-
Fundo garantia - linha Açores Investe	3 000 000,00	3 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1 000 000,00	1 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4 500 000,00	4 500 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400 000,00	400 000,00
Linha Açores Investe I	289 244,97	289 244,97
Linha Açores Investe II	511 597,47	1 408 519,04
Linha Açores Empresas I	40 472,55	40 472,55
Linha Açores Empresas II	51 888,84	51 888,84
Linha Açores Empresas III	44 927,74	44 927,74
Linha Reestruturação I	176 393,48	121 405,62
Linha Reestruturação II	1 376 065,87	1 368 823,38
Linha Reestruturação III	844 217,76	1 644 202,38
Linha Açores Empresas I	54 622,12	54 622,12
Linha Açores Empresas II	84 454,09	84 454,09
Linha Açores Empresas III	5 631,95	5 631,95
Linha Empresas PVE	7 240 290,64	7 736 505,28
Programa Estabilização do Emprego	67 197,88	129 571,45
Diversas Linhas	317 645,12	485 051,09
	21 064 684,43	23 967 284,64

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Ativo		
Imposto s/ rendimento - IRC	413 280,00	-
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	16 522,24	1 265,01
Outros impostos e taxas	-	-
	429 802,24	**1 265,01**
Passivo		
Imposto s/ rendimento - IRC	257 379,44	233 581,25
Imposto s/ rendimento - IRS	8 882,64	10 929,22
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	3 888,57	1 654,90
Segurança Social/CGA	27 900,48	54 241,16
Outros impostos e taxas	-	-
	298 051,13	**300 406,53**

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Pagamentos por conta	(413 280,00)	-
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 28)	257 379,44	233 581,25
	(155 900,56)	233 581,25

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-Dez-19	31-Dez-18
Seguros e outros serviços	191,57	176,66
	191,57	176,66

14. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-Dez-18	31-Dez-19	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	620 000,00	720 000,00	100 000,00
Resultados Transitados	4 060 827,71	6 061 154,08	2 000 326,37
Ajustamentos A. Financeiros	27 703,82	8 533,88	(19 169,94)
O. Variações Capital Próprio	584 828,34	1 595 818,18	1 010 989,84
Resultados	1 974 614,12	1 014 164,77	(960 449,35)
Total	16 267 973,99	18 399 670,91	2 131 696,92

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 16.267.973,99 euros em 2018 passa para 18.399.670,91 euros em 2019.

15. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00	100%

16. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

17. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos	Outras Variações Capital	TOTAL
A 1 de janeiro de 2018	**272 738,86 €**	**933 695,56 €**	**1 206 434,42 €**
Amortização de subsídio	-	(419 311,56)	**(419 311,56)**
Ajustamento por imposto	-	70 444,34	**70 444,34**
Ajustamento capital próprio subsidiária	(245 035,04)	-	**(245 035,04)**
31 de dezembro de 2018	**27 703,82 €**	**584 828,34 €**	**612 532,16 €**
Amortização de subsídio	-	1 215 132,02	**1 215 132,02**
Ajustamento por imposto	-	(204 142,18)	**(204 142,18)**
Ajustamento capital próprio subsidiária	(19 169,94)	-	**(19 169,94)**
31 de dezembro de 2019	**8 533,88 €**	**1 595 818,18 €**	**1 604 352,06 €**

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 918 050,70	702 918,68
Ajustamento por imposto (Nota 20)	(322 232,52)	(118 090,34)
	1 595 818,18 €	**584 828,34 €**

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 20).

18. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
Empréstimos Bancários	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	465 940,03	-	582 425,03	-
Santander Totta - Graciosa	618 216,83	-	772 771,03	-
Santander Totta - Geral	700 000,00	-	700 000,00	-
CEMAH	-	-	3 000 000,00	-
Novo Banco dos Açores (A)	2 700 000,00	-	2 900 000,00	-
Novo Banco dos Açores (B)	5 700 000,00	-	-	-
Bankinter	3 074 717,54	-	-	-
	13 258 874,40	-	7 955 196,06	-

Tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

A Ilhas de Valor, S.A., no final de 2019, não apresenta saldo em Financiamento de Curto Prazo.

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Fornecedores conta corrente	46 399,10	48 768,98
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	46 399,10	48 768,98

20. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	- €	- €	- €	41 440,43 €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	- €	182 661,58 €	- €	166 333,79 €
Juros a Liquidar	- €	46 886,40 €	- €	7 357,79 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	- €	146,83 €	- €	68 881,90 €
Linhas Crédito Bancos	6 650 000,00 €	7 321 595,81 €	6 650 000,00 €	9 186 051,19 €
Ajustamentos em Subsídios	- €	322 232,52 €	- €	118 090,34 €
Outras contas a pagar	- €	- €	- €	- €
	6 650 000,00 €	7 873 523,14 €	6 650 000,00 €	9 588 155,44 €

Outras contas a pagar no valor de 229.694,81 euros e outros credores no montante de 7.643.828,33 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros referente ao Fundo de Garantia de Linhas de Crédito conforme descriminado, totalizam 14.523.523,14 euros, sendo o total de outras contas a pagar em passivo corrente e não corrente.

21. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos ocorridos foram como segue:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	4 901,53		4 901,53	14 207,56		14 207,56
Vendas de produtos	79 353,92		79 353,92	58 952,90		58 952,90
Prestação de serviços	852 326,89		852 326,89	825 007,09		825 007,09
	936 582,34		936 582,34	898 167,55		898 167,55

22. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Contrato-programa - Coesão	3 000 000,00	3 740 000,00
Apoio ao Emprego - Integra	3 128,80	19 585,00
	3 003 128,80	3 759 585,00

23. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	325 808,11	256 937,49
Materiais	19 542,32	19 113,94
Energia e fluídos	134 365,35	127 847,87
Deslocações, estadas e transportes	15 050,73	18 393,02
Serviços diversos	149 415,94	56 629,70
	644 182,45	478 922,02

Registou-se um aumento generalizado das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

24. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e 2018, foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Remunerações dos orgãos sociais	143 687,89	154 920,84
Remunerações do pessoal	1 000 072,62	965 682,05
Encargos sobre remunerações	251 307,77	249 267,57
Seguros	19 511,91	20 772,22
Outros gastos com pessoal	3 736,84	6 156,73
	1 418 317,03	1 396 799,41

Variação negativa no valor de 21.517,62 euros com pouca relevância nos custos globais.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2019 foi de 74 e no exercício de 2018 foi de 72.

25. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	68,86
Subsídios Investimento	419 311,56	419 311,56
Outros rendimentos e ganhos	905,50	41 372,83
	420 217,06	460 753,25

Dos 420.217,06 euros contabilizados em outros proveitos, 384.913,56 euros dizem respeito à Imputação do Subsidio ao investimento nos Hotéis Flores e Graciosa.

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior.

26. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Impostos	52 480,87	47 563,02
Taxas	1 394,56	3 442,95
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	11 567,89	11 565,82
Outros gastos e perdas	33 106,10	4 703,00
	98 549,42	67 274,79

A verba de 52.480,87 euros inclui IMI, bem como impostos sobre equipamentos de transporte.

A verba 11.567,89 euros resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à "Pousada da juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda".

A verba de 45.991,46 refletem o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

27. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	222 402,23	169 336,02
Outros gastos e perdas de financiamento	56 999,86	29 454,31
	279 402,09	198 790,33
Resultados financeiros	279 402,09	198 790,33

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

28. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Imposto s/ rendimento corrente	257 379,44	443 205,80
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
	257 379,44	443 205,80

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Resultado antes de Imposto	1 324 106,68	2 417 819,92
Diferenças temporárias:		
Outros	(125 712,25)	-
	(125 712,25)	-
Diferenças permanentes:		
MEP	(11 567,89)	(11 565,82)
Outros	(38 759,44)	(38 759,44)
	(50 327,33)	(50 325,26)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fisc	1 500 146,26	2 468 145,18
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	3,51	23 235,48
Tributação autónoma	5 351,36	5 321,93
Imposto diferido	-	-
Imposto s/ Rendimento	257 379,44	443 205,80
Taxa efetiva de imposto	19,44%	18,33%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2019	2018
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

29. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de

dezembro de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela ilhas de Valor, S.A.

Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2019 cifrou-se em 9.6000 Euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2019 e 2018 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda são de 579.937,52€ e de 486.437,52€, respetivamente.

30. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

31. Eventos subsequentes

A 11 de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia global denominada por COVID-19. No atual contexto de emergência de saúde pública, tem-se vindo a registar, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações em resultado desta pandemia Covid-19. Para fazer face a esta calamidade mundial, diversos governos, autoridades e agentes económicos implementaram um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Estamos perante a mais grave crise de sempre, sendo expectável impactos muito relevantes em todo o mundo. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços relacionados com os Campos de Golfe e Museu da Fábrica da Baleia nas Flores, tendo a empresa sido obrigada a encerrar estas instalações a 16 de março de 2020, por um perído estimado de três meses. A Administração da Ilhas de Valor está a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Ilhas de Valor não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Ilhas de Valor irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2019 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Diana Valadão

10.6. Mapas Orçamentais

10.6.1. Demonstração do desempenho orçamental

(Valores em EUR)

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2019
Lançamento:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	612.895,15	0,00	0,00	0,00	0,00	612 895,15	131 186,24
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	51 855,00
	Receita corrente							
R1	**Receita Fiscal**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1	**Transferências correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.111.566,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111.566,03	898.167,55
R7	Outras Receitas Correntes	192.845,57	0,00	0,00	0,00	0,00	192.845,57	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**0,00**	**7.904.347,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.904.347,15**	**7.740.000,00**
R9.1	**Transferências de capital**	**0,00**	**7.904.347,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.904.347,15**	**0,00**
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**0,00**	**6.750.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.750.000,00**	**7.740.000,00**
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	6.750.000,00	0,00	0,00	0,00	6.750.000,00	7.740.000,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	1.154.347,15	0,00	0,00	0,00	1.154.347,15	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	780.822,86	0,00	0,00	0,00	0,00	780.822,86	751.134,13
	Receita efetiva [2]	**2.085.234,46**	**7.904.347,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.989.581,61**	**9 389 301,68**
	Receita não efetiva [3]	**0,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**700 000,00**
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	10.160.000,00	0,00	0,00	0,00	10.160.000,00	700 000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**2.698.129,61**	**18.064.347,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.762.476,76**	**10 220 487,92**
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					3.690,51	3.690,51	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

(Valores em EUR)

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2019
Lançamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	**Despesas com o pessoal**	351.317,78	1.130.313,17	0,00	0,00	0,00	1.481.630,95	1.405.034,99
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	1.095.510,68	0,00	0,00	0,00	1.095.510,68	1.083.546,14
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	34.802,49	0,00	0,00	0,00	34.802,49	48.265,80
D1.3	Segurança social	351.317,78	0,00	0,00	0,00	0,00	351.317,78	273.223,05
D2	Aquisição de bens e serviços	1.035.590,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.035.590,04	944.195,07
D3	Juros e outros encargos	279.617,46	0,00	0,00	0,00	0,00	279.617,46	198.790,33
D4	**Transferências e subsídios correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.703,00
D4.1	**Transferências correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.703,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	763.757,84	0,00	0,00	0,00	0,00	763.757,84	641.060,68
D6	Aquisição de bens de capital	8.089,45	8.187.527,16	0,00	0,00	0,00	8.195.616,61	1.221.510,86
	Despesa de Capital							
D7	**Transferência e subsídios de capital**	0,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00	93.500,00	0,00
D7.1	**Transferências de capital**	0,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00	93.500,00	0,00
D7.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00	93.500,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	3.750.000,00	0,00	0,00	0,00	3.750.000,00	4.221.258,64
	Despesa efetiva [5]	2 438 372,57	13 161 340,33	0,00	0,00	0,00	15 599 712,90	
	Despesa não efetiva [6]	0,00	4 856 321,66	0,00	0,00	0,00	4 856 321,66	
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	4 856 321,66	0,00	0,00	0,00	4 856 321,66	971 039,20
	Soma [7]=[5]+[6]	2 438 372,57	18 017 661,99	0,00	0,00	0,00	20 456 034,56	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					509,76	509,76	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	259.757,04	46.685,16	0,00	0,00	0,00	306 442,20	612 895,15
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					3.180,75	3 180,75	0,00
	Saldo global [2]-[5]	-353 138,11	-5 256 993,18	0,00	0,00	0,00	-5 610 131,29	752 748,11
	Despesa primária	2 158 755,11	13 161 340,33	0,00	0,00	0,00	15 320 095,44	8 437 763,24
	Saldo corrente	-1 133 960,97	-9 317 840,33	0,00	0,00	0,00	-10 451 801,30	-2 295 616,52
	Saldo de capital	780 822,86	4 060 847,15	0,00	0,00	0,00	4 841 670,01	3 048 364,63
	Saldo primário	-73 520,65	-5 256 993,18	0,00	0,00	0,00	-5 330 513,83	951 538,44
	Receita total [1]+[2]+[3]	2 698 129,61	18 064 347,15	0,80	0,00	0,00	20 762 476,76	10 220 487,92
	Despesa total [5]+[6]	2 438 372,57	18 017 661,99	0,00	0,00	0,00	20 456 034,56	9 607 592,77

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

10.6.2. Demonstração da execução orçamental da receita

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições: Emitidos	Reembolsos e restituições: Pagos	Receita cobrada líquida: Períodos anteriores	Receita cobrada líquida: Período corrente	Receita cobrada líquida: Total	Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.: Períodos anteriores	Grau exec. orç.: Período corrente
	Receitas Correntes													
R1	**Receita Fiscal**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	**Transferências e subsídios correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1	**Transferências correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R7	Outras Receitas Correntes	830.152,00	160.308,03	1.112.196,78	0,00	1.111.566,03	0,00	0,00	42.917,85	1.068.648,18	1.111.566,03	160.938,78	5,17%	128,73%
		0,00	0,00	192.845,57	0,00	192.845,57	0,00	0,00	0,00	192.845,57	192.845,57	0,00	0,00%	0,00%
	Total das Receitas Correntes	**830.152,00**	**160.308,03**	**1.305.042,35**	**0,00**	**1.304.411,60**	**0,00**	**0,00**	**42.917,85**	**1.261.493,75**	**1.304.411,60**	**160.938,78**	**5,17%**	**151,96%**
	Receitas de Capital													
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	**Transferências e subsídios de capital**	8.895.770,00	0,00	7.904.347,15	0,00	7.904.347,15	0,00	0,00	0,00	7.904.347,15	7.904.347,15	0,00	0,00%	88,86%
R9.1	**Transferências de capital**	8.895.770,00	0,00	7.904.347,15	0,00	7.904.347,15	0,00	0,00	0,00	7.904.347,15	7.904.347,15	0,00	0,00%	88,86%
R9.1.1	**Administrações Públicas**	7.700.000,00	0,00	6.750.000,00	0,00	6.750.000,00	0,00	0,00	0,00	6.750.000,00	6.750.000,00	0,00	0,00%	87,66%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	7.700.000,00	0,00	6.750.000,00	0,00	6.750.000,00	0,00	0,00	0,00	6.750.000,00	6.750.000,00	0,00	0,00%	87,66%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.2	Exterior - U E	1.195.770,00	0,00	1.154.347,15	0,00	1.154.347,15	0,00	0,00	0,00	1.154.347,15	1.154.347,15	0,00	0,00%	96,54%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	307.148,00	0,00	780.822,86	0,00	780.822,86	0,00	0,00	0,00	780.822,86	780.822,86	0,00	0,00%	254,22%

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Total das Receitas de Capital	**9.202.918,00**	**0,00**	**8.685.170,01**	**0,00**	**8.685.170,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.685.170,01**	**8.685.170,01**	**0,00**	**0,00%**	**94,37%**
	Receitas não efetivas													
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	10.545.343,00	0,00	10.160.000,00	0,00	10.160.000,00	0,00	0,00	0,00	10.160.000,00	10.160.000,00	0,00	0,00%	96,35%
	Total das Receitas não efetivas	**10.545.343,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**0,00%**	**96,35%**
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	612.896,00	0,00	612.895,15	0,00	612.895,15	0,00	0,00	0,00	612.895,15	612.895,15	0,00	0,00%	100,00%
	Total Geral (Receitas Correntes)	**830.152,00**	**160.308,03**	**1.305.042,35**	**0,00**	**1.304.411,60**	**0,00**	**0,00**	**42.917,85**	**1.261.493,75**	**1.304.411,60**	**160.938,78**	**5,17%**	**151,96%**
	Total Geral (Rec. de Capital)	**9.202.918,00**	**0,00**	**8.685.170,01**	**0,00**	**8.685.170,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.685.170,01**	**8.685.170,01**	**0,00**	**0,00%**	**94,37%**
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	**10.545.343,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.160.000,00**	**10.160.000,00**	**0,00**	**0,00%**	**96,35%**
	Total Geral	**21.191.309,00**	**160.308,03**	**20.763.107,51**	**0,00**	**20.762.476,76**	**0,00**	**0,00**	**42.917,85**	**20.719.558,91**	**20.762.476,76**	**160.938,78**	**0,20%**	**97,77%**

O Contabilista Público

Em ____ de _____ de _____

Vera Silva Amaro

O Órgão de Gestão

Em ____ de _____ de _____

Diana Valadão

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

10.6.3. Demonstração da execução orçamental da despesa

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesas Correntes												
D1	**Despesas com o pessoal**	63.550,13	1.567.343,00	0,00	1.524.009,67	1.524.002,19	76,76	1.481.554,19	1.481.630,95	7,48	42.371,24	0,00%	94,53%
D1.1	Remunerações certas e permanentes	13.004,94	1.134.600,00	0,00	1.114.710,50	1.114.710,50	0,00	1.095.510,68	1.095.510,68	0,00	19.199,82	0,00%	96,55%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	52.443,00	0,00	35.261,54	35.261,54	0,00	34.802,49	34.802,49	0,00	459,05	0,00%	66,36%
D1.3	Segurança social	50.545,19	380.300,00	0,00	374.037,63	374.030,15	76,76	351.241,02	351.317,78	7,48	22.712,37	0,02%	92,36%
D2	Aquisição de bens e serviços	49.964,47	1.310.265,00	56.625,90	1.186.370,93	1.159.017,81	7.681,67	1.027.908,37	1.035.590,04	27.353,12	123.427,77	0,59%	78,45%
D3	Juros e outros encargos	0,00	284.800,00	0,00	279.617,46	279.617,46	0,00	279.617,46	279.617,46	0,00	0,00	0,00%	98,18%
D4	**Transferências e subsídios correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	**Transferências correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Outras Despesas Correntes	2.275,90	1.012.793,00	0,00	763.757,84	763.757,84	0,00	763.757,84	763.757,84	0,00	0,00	0,00%	75,41%
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	8.316.268,00	0,00	8.312.759,88	8.195.616,61	0,00	8.195.616,61	8.195.616,61	117.143,27	0,00	0,00%	98,55%
	Total das Despesas Correntes	**115.790,50**	**12.491.469,00**	**56.625,90**	**12.066.515,78**	**11.922.011,91**	**7.758,43**	**11.748.454,47**	**11.756.212,90**	**144.503,87**	**165.799,01**	**0,06%**	**94,05%**
	Despesas de Capital												
D7	**Transferência e subsídios de capital**	0,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
D7.1	**Transferências de capital**	0,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
D7.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	93.500,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8	Outras despesas de capital	0,00	3.750.000,00	0,00	3.750.000,00	3.750.000,00	0,00	3.750.000,00	3.750.000,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
	Total das Despesas de Capital	**0,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**100,00%**

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesas não efetivas												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	4.856.340,00	0,00	4.856.321,66	4.856.321,66	0,00	4.856.321,66	4.856.321,66	0,00	0,00	0,00%	100,00%
	Total das Despesas não efetivas	**0,00**	**4.856.340,00**	**0,00**	**4.856.321,66**	**4.856.321,66**	**0,00**	**4.856.321,66**	**4.856.321,66**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**100,00%**
	Total Geral (Despesas Correntes)	**115.790,50**	**12.491.469,00**	**56.625,90**	**12.066.515,78**	**11.922.011,91**	**7.758,43**	**11.748.454,47**	**11.756.212,90**	**144.503,87**	**165.799,01**	**0,06%**	**94,05%**
	Total Geral (Despesas Capital)	**0,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	**3.843.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**100,00%**
	Total Geral (Despesas não efetivas)	**0,00**	**4.856.340,00**	**0,00**	**4.856.321,66**	**4.856.321,66**	**0,00**	**4.856.321,66**	**4.856.321,66**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**100,00%**
	Total Geral	**115.790,50**	**21.191.309,00**	**56.625,90**	**20.766.337,44**	**20.621.833,57**	**7.758,43**	**20.448.276,13**	**20.456.034,56**	**144.503,87**	**165.799,01**	**0,04%**	**96,49%**

O Contabilista Certificado

Em ____ de _____ de _____

Vera Silva Amaro

A Administração

Em ____ de _____ de _____

Diana Valadão

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

10.6.4. Alterações orçamentais da receita

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita					Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
	Receitas Correntes						
R1	**Receita Fiscal**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	**Transferências e subsídios correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1	**Transferências correntes**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	993.455,00	3.100,00	166.403,00	0,00	830.152,00	
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Receitas Correntes	**993.455,00**	**3.100,00**	**166.403,00**	**0,00**	**830.152,00**	
	Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	**Transferências e subsídios de capital**	19.757.727,00	84.000,00	10.945.957,00	0,00	8.895.770,00	
R9.1	**Transferências de capital**	19.757.727,00	84.000,00	10.945.957,00	0,00	8.895.770,00	
R9.1.1	**Administrações Públicas**	18.645.957,00	0,00	10.945.957,00	0,00	7.700.000,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita					Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
R9.1.1.4	Administração Regional	18.645.957,00	0,00	10.945.957,00	0,00	7.700.000,00	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - U E	1.111.770,00	84.000,00	0,00	0,00	1.195.770,00	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	342.148,00	49.000,00	84.000,00	0,00	307.148,00	
	Total das Receitas de Capital	**20.099.875,00**	**133.000,00**	**11.029.957,00**	**0,00**	**9.202.918,00**	
	Receitas não efetiva						
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com Passivos financeiros	3.771.040,00	10.545.343,00	3.771.040,00	0,00	10.545.343,00	
	Total das Receitas não efetiva	**3.771.040,00**	**10.545.343,00**	**3.771.040,00**	**0,00**	**10.545.343,00**	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	612.896,00	0,00	0,00	612.896,00	
	Total Geral (Receitas Correntes)	**993.455,00**	**3.100,00**	**166.403,00**	**0,00**	**830.152,00**	
	Total Geral (Receitas Capital)	**20.099.875,00**	**133.000,00**	**11.029.957,00**	**0,00**	**9.202.918,00**	
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	**3.771.040,00**	**10.545.343,00**	**3.771.040,00**	**0,00**	**10.545.343,00**	
	Total Geral	**24.864.370,00**	**11.294.339,00**	**14.967.400,00**	**0,00**	**21.191.309,00**	

O Contabilista Certificado

Em ___ de _____ de _____

Vera Silva Amaro

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Diana Valadai

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

10.6.5. Alterações orçamentais da despesa

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
	Despesas Correntes						
D1	**Despesas com o pessoal**	1.834.300,00	750.200,00	1.017.157,00	0,00	1.567.343,00	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1.342.000,00	7.600,00	215.000,00	0,00	1.134.600,00	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	178.700,00	500,00	126.757,00	0,00	52.443,00	
D1.3	Segurança social	313.600,00	742.100,00	675.400,00	0,00	380.300,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	1.163.765,00	401.500,00	255.000,00	0,00	1.310.265,00	
D3	Juros e outros encargos	385.300,00	242.700,00	343.200,00	0,00	284.800,00	
D4	**Transferências e subsídios correntes**	28.500,00	0,00	28.500,00	0,00	0,00	
D4.1	**Transferências correntes**	28.500,00	0,00	28.500,00	0,00	0,00	
D4.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Outras	28.500,00	0,00	28.500,00	0,00	0,00	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Outras Despesas Correntes	452.500,00	1.847.455,00	1.287.162,00	0,00	1.012.793,00	
D6	Aquisição de bens de capital	8.692.965,00	110.900,00	487.597,00	0,00	8.316.268,00	
	Total das Despesas Correntes	**12.557.330,00**	**3.352.755,00**	**3.418.616,00**	**0,00**	**12.491.469,00**	
	Despesas de Capital						
D7	**Transferência e subsídios de capital**	36.000,00	57.500,00	0,00	0,00	93.500,00	
D7.1	**Transferências de capital**	36.000,00	57.500,00	0,00	0,00	93.500,00	
D7.1.1	**Administrações Públicas**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2019
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	Outras	36.000,00	57.500,00	0,00	0,00	93.500,00	
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	Outras despesas de capital	8.500.000,00	0,00	4.750.000,00	0,00	3.750.000,00	
	Total das Despesas de Capital	**8.536.000,00**	**57.500,00**	**4.750.000,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	
	Despesas não efetivas						
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros	3.771.040,00	4.856.340,00	3.771.040,00	0,00	4.856.340,00	
	Total das Despesas não efetivas	**3.771.040,00**	**4.856.340,00**	**3.771.040,00**	**0,00**	**4.856.340,00**	
	Total Geral (Despesas Correntes)	**12.557.330,00**	**3.352.755,00**	**3.418.616,00**	**0,00**	**12.491.469,00**	
	Total Geral (Despesas Capital)	**8.536.000,00**	**57.500,00**	**4.750.000,00**	**0,00**	**3.843.500,00**	
	Total Geral (Despesas não efetivas)	**3.771.040,00**	**4.856.340,00**	**3.771.040,00**	**0,00**	**4.856.340,00**	
	Total Geral	**24.864.370,00**	**8.266.595,00**	**11.939.656,00**	**0,00**	**21.191.309,00**	

O Contabilista Certificado

Em ___ de _____ de _____

Vera Silva Amaro

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Diana Valadai

© PRIMAVERA BSS / Licença de ILHAS DE VALOR, SA

11. Relatório de Conselho Fiscal

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedade Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2019.

1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2019, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.

2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019;

b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 09 de Junho de 2020

O FISCAL ÚNICO

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

12. Certificação Legal de Contas

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 46.579.081 euros e um total de património liquido de 18.452.233 euros, incluindo um resultado líquido de 1.066.727 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património liquido, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 20.456.035 euros de despesa paga e um total de 20.762.477 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e à execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Ênfase

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença ("COVID-19"). Em resultado, conforme mencionado na nota 31 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 09 de Junho de 2020

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)